



**PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO  
CAMPO: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE  
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

Pâmela Giovana Kaleski<sup>1</sup>

Márcia Füchter<sup>2</sup>

**RESUMO**

A agricultura familiar, presente em todas as regiões do país, tem grande importância para a economia e para o desenvolvimento local, explorando a terra com mão de obra predominantemente familiar. Historicamente, as pequenas propriedades produtoras ficam a margem das políticas de crédito, que normalmente são voltadas à agricultura patronal. Com a finalidade de melhorar as condições de vida das famílias dependentes do meio rural para sobreviver, na década de 1990 cria-se o Pronaf, uma política pública de crédito para fomentar a economia agrícola dessas áreas, melhorando as questões econômicas, sociais e de sustentabilidade. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar a contribuição do Pronaf para a melhoria da atividade agrícola no município de Rio do Campo – SC. Faz-se um retrospecto sobre o desenvolvimento agrícola brasileiro, caracterizando o Pronaf e o Município estudado. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa. A análise quantitativa recorreu a dados disponíveis em portais oficiais e levantamento feito junto a duas instituições financeiras presentes no município. Para a coleta dos dados qualitativos, utilizou-se o modelo de entrevista semiestruturada com dezoito beneficiários do Programa. A pesquisa apresentou indicativos de que a utilização do Pronaf auxiliou as famílias na aquisição de novos bens, aumento da produção e renda, e melhoria na qualidade de vida. Além disso, tem influência no desenvolvimento das regiões através da injeção de maiores recursos na economia local e regional.

**Palavras-chave:** Pronaf, Agricultura Familiar, Rio do Campo – SC.

---

<sup>1</sup> Aluna bolsista do programa UNIEDU - Pós-Graduação, do curso de Desenvolvimento Regional Sustentável, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), Rio do Sul – SC. E-mail: pamy\_gio@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), Rio do Sul – SC.

## ABSTRACT

Family farming, present in all regions of the country, is of great importance to the local economy and development, exploiting the land with predominantly family labor. Historically, small-scale farms have been marginalized by credit policies, which are usually directed towards employer agriculture. With the purpose of improving the living conditions of the families dependent on the rural environment to survive, in the 1990s created Pronaf, a public credit policy to boost the agricultural economy of these areas, improving economic, social and sustainability issues. Therefore, the objective of this study was to evaluate the contribution of Pronaf to the improvement of agricultural activity in the city of Rio do Campo – SC. A retrospective on the Brazilian agricultural development, characterizing the Pronaf and the studied Municipality. The methodology used was descriptive research with a qualitative-quantitative approach. The quantitative analysis used data available in official portals and a survey made with two financial institutions present in the municipality. For the collection of qualitative data, the semi-structured interview model was used with eightenn beneficiaries of the Program. The research presented indications that the use of Pronaf assisted the families in the acquisition of new goods, increase of production and income, and improvement in the quality of life. In addition, it has an influence on the development of the regions by injecting more resources into the local and regional economy.

**Keywords:** Pronaf, Family Agriculture, Rio do Campo - SC.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura está intrínseca no homem desde os primórdios das civilizações, quando deixando a vida nômade de lado, o ser humano necessita desenvolver alguma atividade a fim de produzir alimentos no local que se fixou. Com isso, o cultivo do solo e domesticação de animais acompanhou e evoluiu junto com a humanidade (ARAÚJO, 2009).

A agricultura moderna, conforme Veiga (2012), surgiu na Europa entre os séculos XVIII e XIX, após a Primeira Revolução Industrial, sendo caracterizada pela utilização das máquinas e fontes de energia aprimoradas, como o vapor e eletricidade,

além da rotatividade de culturas. Esses avanços trouxeram mudanças no modo de cuidar da terra, e conseqüentemente transformações sociais e econômicas. Essa modificação do *modus operandi* na agricultura ficou conhecida como Revolução Agrícola. Arbage (2012) destaca que isso auxiliou na extinção do feudalismo, difusão do capitalismo e seu trabalho assalariado e aumento da produtividade de alimentos.

Nos anos 1880 a 1890, o Brasil avançou com a produção agrícola se comparado com as décadas anteriores, amparado pela decadência do trabalho escravo, avanços nas linhas férreas, mecanização agrícola e expansão do comércio internacional. Na virada para o século XX e durante os próximos anos deste, a especialização agrícola brasileira ficou mais evidente, auxiliando na industrialização do país. “Em 1937, o Banco do Brasil criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei) com o objetivo de financiar o setor rural” (ARBAGE, 2012, p. 230).

Após esse período, adotam-se diversas medidas para fornecimento de crédito rural, sendo alterados e atualizados de modo a privilegiar alguns seguimentos em detrimento de outros. Bianchini (2015), destaca que nesse período o crédito era voltado e disponibilizado principalmente aos latifundiários. De modo a modernizar e desenvolver as regiões rurais do país, que até então estavam esquecidas, no ano de 1995 criou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a fim de fornecer linhas de crédito voltadas aos agricultores familiares com baixa renda.

Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é avaliar a contribuição do Pronaf para a melhoria da atividade agrícola no município de Rio do Campo - SC.

Evidente a importância da agricultura e seus produtos para o ser humano, seja morador urbano ou rural. Destaca-se que programas de crédito rural ajudam a modificar a realidade de quem trabalha na agricultura, abrangendo questões tanto de produção quanto permanência no campo. Ressalta-se que a agricultura familiar é a realidade dominante nos pequenos municípios brasileiros, transformando as paisagens e a vida das famílias agricultoras.

Este trabalho mostra a realidade vivida pelo agricultor, a sua percepção sobre o Pronaf e os resultados obtidos com o programa, que tem influência direta na atividade agrícola e na vida das famílias que dele usufruem, modificando o contexto da sua realidade, da economia local e regional.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Esse capítulo se inicia com a evolução do conceito de desenvolvimento; serão abordados, ainda, os principais aspectos e o histórico em relação ao desenvolvimento rural no Brasil. Além disso, uma seção será dedicada ao objeto deste estudo, o Pronaf, evidenciando suas particularidades. Para melhor entendimento da realidade da região estudada, faz-se a caracterização do Município de Rio do Campo.

### 2.1 DO PROGRESSO AO DESENVOLVIMENTO

Diversos são os termos que foram utilizados ao longo da história para denominar a evolução que a humanidade sofreu em todos os aspectos da sociedade. Almeida e Navarro (1998, p. 34), destacam que o termo progresso “vigorou de forma dominante até a década de 1930, associada a uma ideia de crescimento. [...] até então vinha sendo entendida como um movimento evolucionista, na direção do crescimento e da ampliação de conhecimentos”. Apesar de ser um termo formulado visando o histórico industrial, acabou absorvido pelos demais aspectos do cotidiano, seja das ciências, seja do bem-estar, como sinônimo de melhoramento e evolução.

As teorias e termos utilizados no decorrer dos anos, podem se modificar, evoluir ou morrer. Além disso, novos termos surgem em decorrência das mudanças ocorridas nas sociedades (ALMEIDA; NAVARRO, 1998).

A evolução do termo progresso aconteceu em muitos aspectos, sendo associado ou substituído por crescimento e desenvolvimento. No entanto, o primeiro passo, segundo Arbage (2012), é diferenciar crescimento e desenvolvimento, pois muitas vezes são utilizados como sinônimos.

O autor destaca que o crescimento envolve indicadores econômicos, sempre associado a questão de renda e demais indicadores quantitativos. Já o desenvolvimento também se utiliza de indicadores para sua mensuração, no entanto, utilizam-se indicadores sociais, como qualidade de vida, escolaridade, saúde e outros.

“O crescimento da renda *per capita* é fundamental para melhorar indicadores sociais” (SOUZA, 2011, p. 13). Arbage (2012) destaca que esses indicadores têm ligação direta, pois ao passo que há desenvolvimento tem-se a certeza de que houve também crescimento econômico. No entanto, se houve crescimento econômico não se pode afirmar que houve ou haverá desenvolvimento. Souza (2011, p.5)

complementa a ideia de que o “crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente”.

Levando em consideração que nem sempre se priorizou a questão ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, foi responsável por popularizar o termo desenvolvimento sustentável. De acordo com Barbieri (2003), o desenvolvimento sustentável procura utilizar os recursos disponíveis de forma a não os comprometer ou inutilizá-los para as próximas gerações. Para o desenvolvimento sustentável, são necessárias mudanças na sociedade para diminuir a pobreza, pois a mesma acelera a destruição ambiental, gerando um ciclo vicioso.

Segundo Almeida e Navarro (1998, p. 52), “o caminho a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade”.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

O histórico da agricultura brasileira é marcado por dois modelos de agricultura, conforme Arbage (2012): a agricultura de subsistência, conduzida por pequenos agricultores, com produção para consumo próprio e venda dos excedentes. E a *plantation*, marcada pelos grandes ciclos econômicos como o pau-brasil, café e cacau, com a visão de exportação desses produtos. Com a economia voltada para o mercado externo, o Brasil sofreu com a Grande Depressão de 1929, que abalou o mercado das *commodities*, pela queda dos preços e excesso de produção.

Para Furtado (1999), os anos 1930 foram marcados pela mudança drástica na economia brasileira, passando de uma base agrícola cafeeira basicamente voltada à exportação, para uma economia mais diversificada, inclusive em atividades industriais e oferta de serviços, com o intuito de minimizar as oscilações de preços do café e evitar as consequências de novas possíveis crises. Arbage (2012), destaca que em 1937, criou-se a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, para modernizar a economia brasileira, apoiando a industrialização e a diversificação agrícola.

Nos próximos anos, conforme Souza (2011), o governo federal interviu pesadamente no setor produtivo, agrícola e não agrícola, criando em 1943 a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que traçaria os planos financeiros em relação à produção nacional, a fim de proteger os interesses econômicos do país.

Desse modo, segundo Arbage (2012), consolidou-se a indústria de base e depois disso as indústrias de produção final. Entre os anos 1950 e 1960, o Brasil adotou o modelo de substituição de importações, produzindo o que antes era importado, e restringindo as importações através da elevação das tarifas.

De acordo com Souza (2011), até os anos 1960 a agricultura era vista como dependente economicamente tanto do setor público quanto do urbano-industrial (a criação de novos centros urbanos geraria empregos e atrairia pessoas, elevando a demanda de alimentos e conseqüentemente haveria expansão agrícola).

Grisa e Schneider (2015), destacam que a década de 1960 é marcada pela forte intervenção estatal no meio rural, com políticas formuladas a fim de auxiliar na implantação e desenvolvimento tecnológico no campo, de modo a alterar os padrões de produção e dos mercados.

No ano de 1965 cria-se diversas políticas de incentivo e crédito rural no país, conforme Arbage (2012). O autor cita a institucionalização do Crédito Rural, criação do Fundo Nacional da Agricultura (Funagri), Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e Fundo de Democratização do Capital das Empresas (Fundece).

O autor cita que em 1979, a inflação nacional, ainda mais prejudicada pela alta do petróleo, colaborou para diminuir os investimentos estrangeiros no país. Esses valores eram utilizados para financiamentos de diversos setores da economia nacional. Conseqüentemente, com essas restrições, houve corte drástico de crédito.

Segundo Souza (2011, p. 204), “a partir dos anos 1980 ficou cada vez mais difícil para o governo sustentar uma política agrícola voltada para a pequena agricultura e, ao mesmo tempo, investir em infraestruturas para expandir a indústria”. O autor evidencia que a agricultura saiu prejudicada pelo aumento do preço de fertilizantes e diminuição do preço dos produtos agrícolas. Era o momento de regulações indiretas. Arbage (2012) destaca que nessa década ocorreram mais parcerias e arrendamentos, auxiliando na diminuição do êxodo rural.

No início da década de 1990 as Políticas Agrícolas no Brasil passaram por diversas reformas, diminuindo a intervenção do Governo. Nesse contexto de mudanças políticas e maior democracia, os representantes da agricultura familiar passam a propor, debater e lutar por políticas públicas voltadas à classe. “Criou-se a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para os agricultores familiares. Trata-se da institucionalização do Pronaf, em 1995 [...]” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 27).

## 2.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

A política agrícola tem a função de auxiliar o setor primário através de crédito, subsídios ou demais instrumentos voltados a essa área. “O crédito rural tem sido um instrumento de política agrícola que visa fornecer ao agricultor os recursos necessários quando a propriedade rural carece de capital próprio para a exploração de uma ou mais culturas [...]” (ARBAGE, 2012, p. 242).

Em 28 de junho de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto n.º 1.946, cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (BIANCHINI, 2015).

O Pronaf foi constituído especificamente levando em consideração a agricultura familiar e suas particularidades. Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA (2016), na agricultura familiar o cultivo e a gestão da propriedade são diferenciados, sendo realizada pelos membros da família. Tem-se uma proximidade com a terra e suas tradições.

O agricultor familiar explora a propriedade e a terra, seja como proprietário, arrendatário ou parceiro. A agricultura familiar fornece produtos de qualidade e com valor, assegurando maior renda à família, respeitando os recursos naturais e a paisagem, sendo “capaz de proporcionar, através do exercício da cidadania, um ambiente fértil ao desenvolvimento social, cultural e político no espaço rural” (ALTMANN, 2003, p. 98).

Por muito tempo, segundo Schmitz (2010), a agricultura familiar não foi considerada importante para o desenvolvimento rural, tanto que essa população era chamada de pequenos agricultores, termo que pode acabar delimitando a relevância dessas atividades. “A agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro” (GUANZIROLI ET AL., 2009, p. 63).

O agricultor familiar, como destaca Guanziroli et al. (2009), normalmente desenvolve diversas atividades, mais ou menos complexas, combinando culturas e produções no território. Esse agricultor se torna sensível às condições do ambiente e é restringido pela dificuldade de obtenção de recursos externos para investimentos e modificações necessárias.

Diante disso, o Pronaf, segundo Tonneau e Sabourin (2007), proporciona instrumentos de crédito a fim de auxiliar no desenvolvimento e capacitação da região

com vocação de agricultura familiar, seja voltado para a lavoura ou demais investimentos necessários à propriedade. Busca-se a redução de custos, melhor qualidade de vida, conservação ambiental e diminuição do êxodo rural, além da integração no agronegócio com aumento de renda e agregação de valor no seu produto, através da profissionalização e valorização da agricultura.

O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES (2018), define os critérios para identificação do agricultor familiar, como sendo: Fazer uso da exploração do solo; Residir na propriedade ou próximo a ela; Possuir no máximo quatro módulos fiscais<sup>3</sup>, A mão de obra utilizada na propriedade seja predominantemente familiar; A renda bruta familiar deve ser de 50% no mínimo proveniente de atividades realizadas na propriedade e ter renda bruta anual familiar de até R\$ 415 mil nos últimos 12 meses.

Além dos agricultores, segundo o BNDES (2018), desde que respeitem os critérios anteriores, se enquadram junto ao Pronaf: Pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas artesanais, membros de comunidades quilombolas e indígenas.

O interessado em utilizar o Pronaf deve primeiramente estar com o CPF regularizado. Além disso, precisa obter a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, junto ao Sindicato Rural. A DAP é autodeclarada, emitida de acordo com a renda anual e atividades exploradas na propriedade. Levando essas informações em consideração, o agricultor pode se beneficiar de determinadas linhas de crédito dentro do Programa, sendo cada uma com forma de pagamento e taxa de juros específicas. Destaca-se que o Plano Safra com essas e demais informações é divulgado entre os meses de junho e julho de cada ano. (MDA, 2016).

Evidencia-se a Circular SUP/AOI Nº 30/2018-BNDES de 29 de junho de 2018, que define os subprogramas/linhas de crédito relativos ao Pronaf: a) Pronaf Agroindústria: financiamento produtores e cooperativas, na exploração das atividades, do beneficiamento à comercialização, além de apoio ao turismo rural. b) Pronaf Mulher: destinado à mulher agricultora, independente do estado civil, que se enquadre no Pronaf. c) Pronaf Agroecologia: voltado à produção de agroecológicos ou orgânicos. d) Pronaf ECO: investimentos em tecnologias de energia renovável,

---

<sup>3</sup> Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2012), o Módulo fiscal é a medida de uma propriedade, em hectares, fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Em Rio do Campo – SC, o Município estudado, um módulo fiscal equivale a 18 hectares.

armazenamento hídrico e melhoramento da capacidade produtiva. e) Pronaf Mais Alimentos: para investimento na estrutura de produção e serviços, a fim de aumentar a produção e visando melhoramento da renda. f) Pronaf Jovem: público alvo entre 16 e 29 anos, para investimento na produção. g) Pronaf Microcrédito (Grupo "B"): financiamento voltado para aqueles com renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses antecedentes da solicitação da DAP. h) Pronaf Cotas-Partes: financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural.

O Banco Central do Brasil (2017), veta a utilização do Pronaf para amparo de plantio de fumo. No entanto, é permitido a produtores de fumo utilizarem o recurso, desde que o mesmo não seja utilizado no fumo, e sim em outras culturas, com o objetivo de diversificar a atividade agrícola familiar.

A atual política agrícola é oriunda das diversas alterações e influências sofridas no decorrer dos anos. Segundo Bianchini (2015, p. 3), “o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural com o objetivo da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade [...]”.

## 2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO - SC

A história do Município, contada nessa seção, foi retirada do livro de Bonin e Butzke, Rio do Campo e sua História: Vidas no Tempo, de 1992.

A história de Rio do Campo se inicia, como da maioria das cidades do Alto Vale do Itajaí, após a fundação da “Kolonie Blumenau”, em 1850 pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, que obteve do Governo Provincial uma área de terras para estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus.

A fim de estabelecer ligação com o Planalto do Estado e com o objetivo de estudar a geografia da região, o engenheiro Emil Odebrecht liderou a primeira expedição pela mata nativa em janeiro de 1862. “Em 19 de janeiro, Odebrecht registra no diário o primeiro acontecimento dramático da expedição: ‘A canoa dos quatro soldados fora sorvida pelas águas, perdendo-se todas as provisões nela contida’”. (BONIN e BUTZKE, 1992, p. 6). Passados alguns dias, decidiu-se voltar às terras já conhecidas, a fim de não perecer pela fome e doenças.

A segunda expedição se realizou em maio de 1864, por Emil e Heinrich Kreplin. Com a nova exploração e estudo dos rios, a ideia da estrada que levaria Blumenau ao Planalto se tornava mais forte. Anos depois traçaram-se metas para a próxima viagem. Partem em janeiro de 1867, partindo de Curitiba em direção a Blumenau. Após essa expedição, cresceu-se a vontade de construir a tão aguardada estrada.

Ao longo dos anos a estrada foi surgindo, cortando as matas e abrindo caminho aos novos colonizadores europeus. A partir de 1916, o rio não era mais a única via de transporte, facilitando o surgimento de novas comunidades rio acima.

As novas estradas estavam sendo abertas por Luiz Bertoli. Os pagamentos pelo serviço eram em dinheiro e em terras devolutas. Ao mesmo tempo que construía as estradas, Luiz realizava medições de terras que receberia. Em 1922 recebeu o primeiro título definitivo de terras, de mais de seis mil hectares. Essas áreas foram loteadas e vendidas para cerca de quatrocentas famílias (onde atualmente se encontram as cidades de Rio do Sul, Aurora, Ituporanga, Atalanta e Petrolândia). Avançando mais ainda, chega-se a atual Taió, que começa a ser colonizada.

Em 1909 acontece a primeira expedição para a atual Rio do Campo, quando um grupo de colonizadores perseguem, em busca de vingança, indígenas que haviam assassinado duas moças em uma fazenda. Esse acampamento indígena estava localizado onde hoje está a comunidade de Alto Rio do Campo.

As primeiras colonizações se deram por volta de 1914, pela Serra Geral Rio Azul, com famílias fugindo da Guerra do Contestado. Antônio Haro Varella (Bibi), foi o pioneiro na colonização de Rio do Campo, juntamente com Miguel Martins, Manoel Goes e João Goes e famílias. No entanto, estas terras (quase vinte e sete mil hectares), foram entregues para Luiz Bertoli Sênior, como pagamento pela obra colonizadora de Rio do Oeste. Houve diversas disputas entre os encarregados pelas medições e os posseiros, que aqui residiam há mais de uma década. A questão foi resolvida anos depois, após decisão do tribunal, despejando os posseiros em 1941.

A principal forma de colonização se deu por imigrantes de origem italiana, polonesa e alemã, e também pelos caboclos-brasileiros, principalmente a partir de 1922, pelas estradas abertas pelo Município de Taió. Luiz Bertoli vendia as terras de acordo com as origens dos colonizadores, de modo que cada origem ficasse próxima dos iguais, a fim de facilitar o crescimento e interação entre as famílias das comunidades. Desse modo, atualmente as comunidades presentes no município possuem características culturais bem preservadas conforma sua colonização e

tradição repassada ao longo os anos. Em 1955 cria-se o distrito de Rio do Campo, que pertencia a Taió. Em 29 de dezembro de 1961, Rio do Campo é instalado oficialmente como Município.

Atualmente Rio do Campo possui uma área de 507,51 Km<sup>2</sup>, população de aproximadamente 5.979 pessoas em 2018 (estimada), sendo que 42% residem na área urbana e 58% na área rural. A principal renda vem da agricultura, principalmente da cultura do fumo, arroz irrigado, milho e soja, além da bovinocultura de leite e corte e criação de animais em granjas. Possui ainda indústrias no setor papelero e metal mecânica. (IBGE, 2018).

Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SISCAR (2018), o Município de Rio do Campo possui 1366 imóveis rurais cadastrados, totalizando uma área de 38.638,63 hectares.

O Censo Agro – 2017 (2018), realizado entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018, teve como objetivo o levantamento de informações em relação a produção agropecuária brasileira. Os dados coletados foram sobre a propriedade, produção, área, pessoal ocupado, dentre outras informações. Destaca-se que o censo foi realizado em 901 propriedades rurais rio-campenses.

Com as informações da produção rio-campense levantadas pelo Censo Agro – 2017 (2018), elaborou-se a Tabela 1, organizada em ordem decrescente de produção:

**Tabela 1 – Produção Agrícola em Rio do Campo - 2017**

Lavoura	Estabelecimentos Produtores	Quantidade Produzida (toneladas)
Milho (forrageiro)	111	19.600,000
Arroz com casca	122	10.358,500
Milho (grão)	473	9.150,720
Soja	48	3.028,200
Fumo (folha seca)	316	2.823,196
Abóbora/Moranga	47	426,078
Mandioca (Aipim/macaxeira)	207	338,636
Cana de açúcar	4	160,250
Feijão preto	128	83,051
Melancia	6	46,150
Batata Inglesa	51	17,250
Alho	7	8,100
Feijão de cor	6	7,080

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme IBGE – Censo Agro – 2017 (2019).

Nota-se a alta produção de milho, arroz, soja e fumo, principais culturas que movimentam a economia local. As produções de banana, uva e seus derivados,

amendoim, melão e tomate apresentam poucos estabelecimentos cultivadores e não apresentam quantidades declaradas. Produções menores de uma tonelada, como erva-mate e cebola, não foram incluídas na tabela.

Em relação a criação de animais nestes estabelecimentos, os dados obtidos podem ser observados na Tabela 2. A mesma está ordenada de forma decrescente em relação a quantidade de animais presente nos estabelecimentos criadores:

**Tabela 2 – Criação de Animais em Rio do Campo - 2017**

<b>Criação</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Número de animais</b>
Galináceos	598	73.870
Codornas	5	72.011
Suínos	511	40.319
Bovinos	675	13.706
Vaca ordenhada	361	3.064
Patos/gansos/marrecos	53	690
Ovinos	45	658
Equinos	190	440
Bubalinos (búfalos)	5	207

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme IBGE – Censo Agro – 2017 (2019).

Em Rio do Campo se destaca a criação de galináceos/codornas, suínos e bovinos, com a finalidade do abate. Informações de criações com menos de 100 animais não foram acrescentadas na tabela (caprinos, perus e muares). Um número interessante a se observar é a proporção Estabelecimentos X Número de animais, atentando para o caso das codornas, pois apenas cinco estabelecimentos fazem a criação destas, sendo sua população realmente expressiva.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesse capítulo explica-se a metodologia científica utilizada nos processos do trabalho. Segundo Blogoslawski, Fachini e Faveri (2010), a metodologia científica estuda a forma mais adequada para o recolhimento e análise de informações e levantamento de dados.

Para o desenvolvimento deste estudo foi adotada a pesquisa descritiva, apresentando as características de determinado grupo ou população. Gil (2010, p. 28), explica que “são incluídas nesse grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. Para Blogoslawski, Fachini e Faveri (2010), a pesquisa qualitativa descreve e analisa as relações com o ambiente, sendo que Gonzáles Rey (2012), destaca que o pesquisador interage no campo da pesquisa, construindo e adaptando elementos. Já na pesquisa quantitativa, segundo Fachin (2003), a avaliação e análise dos dados é facilitada ao se atribuir valores e quantificar as informações com recursos estatísticos.

Durante a pesquisa, utilizou-se de dados documentais e entrevistas. Gil (2010), destaca que a pesquisa documental é caracterizada pelos dados presentes em materiais internos às organizações, nos mais variados formatos. A entrevista, no entender de Fachin (2003), tem como finalidade levantar dados referentes à pesquisa junto a população escolhida, sendo que a precisão dos resultados depende diretamente do bom entendimento das questões e do método utilizado.

### 3.1 COLETA DOS DADOS

Levando as informações anteriores em consideração, esta seção estabelece os parâmetros da pesquisa, explicando o roteiro da coleta dos dados e o modo como estes agrupam-se para posterior avaliação.

Buscou-se informações em relação ao Pronaf para dar início aos trabalhos. Primeiramente ocorreram pesquisas junto aos portais governamentais que poderiam fornecer esses dados, como da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - MDA. Outro meio de obtê-los é através de relatórios emitidos por órgãos oficiais que lidam com esse crédito ou que estão presentes no município (Bancos e Cooperativas de Crédito, EPAGRI, Secretaria de Agricultura Municipal e Sindicato dos Agricultores).

Para a análise quantitativa do Programa, optou-se pela obtenção de dados através de duas instituições bancárias, mostrando dados específicos em relação aos números do Pronaf no município de Rio do Campo.

A primeira parte da pesquisa foi junto a Agência do Banco do Brasil, que é a instituição financeira mais antiga no Município. A agência de Rio do Campo atua com o Pronaf desde que o programa foi implantado em 28 de junho de 1996. Atualmente a agência conta com um atendente de caixa, um gerente geral, quatro atendentes de crédito, além de quatro funcionários terceirizados, sendo dois seguranças, uma telefonista e uma auxiliar de serviços gerais.

A outra instituição financeira estudada foi a CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, uma das cooperativas de crédito presentes no município. Destaca-se que a mesma foi escolhida por ser uma Cooperativa com os trabalhos e essência voltada principalmente ao agricultor e a agricultura familiar. Vale ressaltar que a CRESOL está presente desde 2007 no município de Rio do Campo e possui sete funcionários, sendo um diretor, dois atendentes de caixa e quatro atendentes de crédito.

O primeiro contato com as Instituições Financeiras foi através de uma visita, com a intenção de explicar o trabalho a ser realizado e quais as informações que necessitaríamos para sua elaboração. As perguntas realizadas buscaram levantar informações quantitativas sobre o Pronaf e seus dados em relação à Instituição e aos beneficiários. Essas perguntas foram enviadas por e-mail a fim de facilitar a obtenção dos dados.

Com as perguntas efetuadas, obteve-se informações relativas aos volumes financeiros disponibilizados nos últimos anos no município; A quantidade de utilizadores do Programa em Rio do Campo; A linha de crédito do Pronaf mais procurada entre os agricultores; Quais são os números referentes a inadimplência e qual a destinação do crédito dentro da propriedade.

Quanto a análise qualitativa da pesquisa, a mesma se baseia nas informações e percepções dos beneficiários sobre o Pronaf. Realizou-se o levantamento de nomes e endereços desses agricultores, a fim de selecionar o público-alvo da pesquisa. Esses dados foram obtidos junto a Secretaria de Agricultura do Município, que indicou propriedades beneficiadas pelo programa de crédito.

O primeiro passo foi delimitar a quantidade de entrevistados. Com os dados em mãos, realizou-se a entrevista com um beneficiário por comunidade do Município de Rio do Campo. Ao todo foram dezoito entrevistas, nas seguintes localidades: Alto Rio Azul, Alto Rio do Campo, Alto Taiozinho, Barra da Anta Branca, Barra da Prata, Ribeirão Sebastião, Pasta, Ribeirão Caçador, Ribeirão Carneiro, Ribeirão do Tigre, Ribeirão Serrinha, Rio Azul, Rio da Prata, Rio Waldrich, Santa Maria, Serra do Mirador, Taiozinho e Varaneira.

Poderia acontecer de o selecionado para a entrevista não estar disponível no dia que se realizaria a mesma. Levando essa informação em consideração, selecionou-se cinco agricultores por comunidade, desse modo, se o primeiro não aceitasse participar da pesquisa ou não estivesse acessível por qualquer motivo, tem-

se um segundo nome na lista, e assim sucessivamente. Com isso, o planejamento das visitas se torna mais dinâmico, sem precisar refazer o roteiro das entrevistas pela ausência ou indisponibilidade do entrevistado de determinada localidade.

Sobre a entrevista, optou-se por utilizar o modelo de entrevista semiestruturada, sem ordem rígida das questões. Desse modo, durante a conversa, é possível alterar a ordem dos questionamentos com o intuito de manter uma linha de respostas e aprofundando as informações e percepções do entrevistado sobre o tema, tornando o diálogo mais interativo e participativo entre os presentes. Ressalta-se que em muitas questões pode haver a interferência e complementação da resposta por parte de familiares ali presentes.

Elaborou-se um questionário, que esteve submetido ao Comitê de Ética do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi). Após aprovado pelo Comitê, pôde-se iniciar às entrevistas.

Em relação ao conteúdo do questionário da entrevista, procurou-se abordar diversos aspectos da vida das famílias beneficiárias do Pronaf, levantando dados relativos à propriedade rural e dados pessoais do entrevistado e da família, com a finalidade de contextualizar a realidade dessas pessoas. Além disso, procura-se entender a percepção do entrevistado quanto ao Pronaf, as melhorias obtidas, condições de pagamento e dificuldades enfrentadas. Com essas questões é possível realizar comparações e definir parâmetros dentro do universo pesquisado.

Quanto ao andamento das entrevistas, num primeiro momento da conversa houve a explicação sobre o assunto e objetivo do trabalho e o modo como se realizaria essa pesquisa. Além disso, destacou-se ao entrevistado a opção de que, se em algum momento se sentisse constrangido e não mais quisesse participar, o mesmo teria o direito de interromper a entrevista.

A análise dos dados realizou-se após todas as entrevistas serem finalizadas. Para essa etapa, optou-se por não mencionar o nome do entrevistado, utilizando-se das letras do Alfabeto para identificar os respondentes, evitando constranger o entrevistado de alguma maneira. Os resultados qualitativos apresentam-se através das falas e opiniões, evidenciando principalmente sua percepção sobre o Pronaf em relação a sua vida e a propriedade.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

As informações colhidas junto às Instituições Financeiras escolhidas, destacam os dados quantitativos do Pronaf em Rio do Campo nos últimos anos. Buscou-se fazer o levantamento histórico do programa no município e trazer informações referentes aos utilizadores desses valores.

Os primeiros números obtidos foram em relação aos beneficiários do programa. A unidade da Cresol do município possui atualmente cerca de 1380 associados, sendo que segundo os dados repassados pela instituição, em torno de 45% destes acessa alguma linha do Pronaf, ou seja, 621 pessoas/famílias. A agência do Banco do Brasil forneceu a informação de que até o início do ano de 2019 possuíam um total de 1258 clientes beneficiados pelo programa.

Em relação aos volumes financeiros disponibilizados, os mesmos são apresentados em tabela, de modo a facilitar a visualização e comparação entre as Instituições estudadas. Ressalta-se que os dados são dos últimos dez anos, de forma a construir uma série histórica de valores. Os períodos considerados são ano-safra, não coincidindo com as datas do calendário gregoriano. As instituições consideram que o ano-safra inicia no mês de julho e finaliza no mês de junho do próximo ano. A cada novo ano safra as regras do financiamento mudam.

**Tabela 3 – Valores disponibilizados através do Pronaf em Rio do Campo.**

Ano/Safra	Banco do Brasil		Cresol	
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
2008/2009	4.782.317,00	4.080.252,00	430.535,65	199.907,69
2009/2010	7.087.763,00	4.072.524,00	453.678,00	109.004,72
2010/2011	7.607.301,00	4.175.848,00	1.287.783,57	482.502,13
2011/2012	10.184.161,00	4.193.319,00	605.014,08	1.278.627,00
2012/2013	9.822.155,00	3.690.923,00	778.542,30	523.627,00
2013/2014	13.624.349,00	5.021.754,00	557.058,23	491.357,50
2014/2015	11.388.733,00	7.600.377,00	783.184,11	517.550,00
2015/2016	12.375.596,00	9.159.874,00	1.119.739,54	626.072,79
2016/2017	10.228.259,00	10.760.738,00	2.350.445,20	800.848,40
2017/2018	6.281.611,00	11.407.739,00	2.038.827,31	1.953.521,40
2018/2019*	4.457.538,00	9.410.297,00	1.520.113,24	1.291.035,00
<b>Total</b>	<b>97.839.783,00</b>	<b>73.573.645,00</b>	<b>11.924.921,23</b>	<b>8.274.053,63</b>

\*Valores atualizados até janeiro de 2019.

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados disponibilizados pelas instituições financeiras (2019).

Em relação a tabela acima, ressalta-se que o plano safra de 2019 ainda não está finalizado, e os valores serão modificados até o final do período considerado.

Na tabela 3, foram utilizados os dados do Pronaf Investimento (Mais Alimento) e Pronaf Custeio, as linhas de crédito mais procuradas nas Instituições pesquisadas. O Custeio se destina para o financiamento de despesas da produção agrícola ou pecuária. O Mais Alimento é utilizado por atividades agropecuárias ou não, para a implantação, ampliação ou modernização da estrutura ou maquinário rural.

A título de curiosidade, na safra 2018/2019, segundo informações disponibilizadas pelo Banco do Brasil, os valores relativos ao Pronaf (Custeio e Investimento) foram investidos da seguinte forma, conforme contratos firmados:

**Tabela 4 – Divisão de Valores do Pronaf – Safra 2018/2019**

<b>Item Financiado</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Percentual (%)</b>
Bovinos – Misto	4.111.428,00	29,65
Milho	2.024.811,00	14,60
Arroz	1.424.550,00	10,27
Eletrificação rural	1.424.340,00	10,27
Soja	1.303.876,00	9,40
Patrulha mecanizada – Tratores	1.027.650,00	7,41
Máquinas e implementos	926.719,00	6,68
Galpão/Paiol	471.059,00	3,40
Apicultura	188.154,00	1,36
Piscicultura	174.628,00	1,26
Avicultura	174.152,00	1,25
Residências rurais	171.946,00	1,24
Bovinos – carne	97.300,00	0,69
Granjas avícolas	95.606,00	0,70
Bovinos – leite	89.800,00	0,65
Suinocultura	63.450,00	0,46
Tratores	53.000,00	0,38
Pepino	16.837,00	0,12
Desbravamento de glebas rurais	16.698,00	0,12
Feijão	8.331,00	0,06
Reforma de máquinas e implementos	3.500,00	0,03
<b>Total*</b>	<b>13.867.835,00</b>	<b>100%</b>

\*Valores atualizados até janeiro de 2019.

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados disponibilizados pelo Banco do Brasil (2019).

A tabela 4 apresenta a soma dos valores do Pronaf Investimento e Custeio, sofrendo modificação até o final do plano-safra com novos contratos firmados. A Cresol repassou que o principal objetivo de quem solicita o Pronaf é para custeio, seguido pela aquisição de implementos agrícolas, tratores, animais e construções.

Como diversas operações bancárias, o Pronaf também sofre com o não pagamento dos empréstimos concedidos. A agência do Banco do Brasil, que atende aos municípios de Rio do Campo e de Santa Terezinha, possui um passivo de R\$ 1.127.643,09, sendo que R\$ 439.543,07 são referentes ao município de Rio do Campo

e o restante corresponde ao município de Santa Terezinha. Na agência da Cresol, cerca de 5% dessas operações são inadimplentes. Destaca-se que caso o contratante esteja inscrito em cadastro de inadimplente, a obtenção do Pronaf é vedada.

Após a compilação desses dados, inicia-se a segunda parte do trabalho: as entrevistas. Inicialmente caracterizou-se o perfil dos respondentes, conforme tabela 5.

**Tabela 5 – Perfil dos Respondentes**

Perfil	Localidade	Idade	Escolaridade	Sexo
A	Alto Rio Azul	42	Ensino Médio	Masculino
B	Alto Rio do Campo	43	Ensino Médio	Masculino
C	Alto Taiozinho	49	Ensino Fundamental	Masculino
D	Barra da Anta Branca	39	Ensino Superior	Masculino
E	Barra da Prata	51	Ensino Fundamental	Masculino
F	Barra Ribeirão Sebastião	30	Ensino Médio	Masculino
G	Pasta	46	Ensino Médio	Masculino
H	Ribeirão Caçador	68	Ensino Fundamental	Masculino
I	Ribeirão Carneiro	57	Ensino Fundamental	Masculino
J	Ribeirão do Tigre	21	Ensino Médio	Feminino
K	Ribeirão Serrinha	51	Ensino Fundamental	Masculino
L	Rio Azul	63	Ensino Fundamental	Masculino
M	Rio da Prata	38	Ensino Médio	Masculino
N	Rio Waldrich	53	Ensino Fundamental	Masculino
O	Santa Maria	49	Ensino Fundamental	Masculino
P	Serra do Mirador	53	Ensino Fundamental	Masculino
Q	Taiozinho	26	Ensino Técnico	Masculino
R	Varaneira	54	Ensino Fundamental	Feminino

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados da entrevista (2019).

O participante mais novo possuía 21 anos e o mais velho 68 anos na época da entrevista. Todos os entrevistados são alfabetizados e casados. Apenas duas mulheres eram beneficiárias do Pronaf no universo entrevistado.

Buscou-se dados da propriedade, conforme tabela 6, que foi preenchida da seguinte forma: Na coluna “Condição de uso” utiliza-se “P” para proprietário e “A” para arrendatário do terreno. No caso de utilizar os dois modelos será utilizado “P/A”. Em Rio do Campo, se enquadraram no Pronaf propriedades de até 72 hectares.

Na coluna “Mão de obra”, utilizaremos “F” para mão de obra totalmente familiar e “F/T” para mão de obra familiar complementada por terceiros. Ressalta-se que essa complementação é periódica, conforme necessidade da propriedade e lavoura.

Para adquirir o Pronaf, uma das exigências é que a renda bruta familiar deve ser no mínimo 50% proveniente da propriedade, por isso questionou-se sobre a complementação de renda pela realização de atividades não agrícolas.

**Tabela 6 – Perfil da Propriedade**

Perfil	Área própria (ha)	Área arrendada (ha)	Área destinada (ha)		Condição de uso	Mão de obra	Complementação de renda
			Cultivo	Criação animais			
A	14,04	-	7,00	6,50	P	F/T	Não
B	72,00	-	21,50	15,00	P	F	Sim
C	10,80	7,00	14,50	-	P/A	F	Não
D	22,40	-	6,00	13,00	P	F	Não
E	46,40	-	33,00	9,00	P	F/T	Não
F	28,00	-	23,00	-	P	F	Não
G	-	15,00	6,00	9,00	A	F	Não
H	39,40	-	15,00	20,00	P	F/T	Sim
I	33,70	-	18,00	15,00	P	F	Não
J	2,00	5,00	1,00	5,00	P/A	F	Sim
K	4,00	30,00	18,00	12,00	P/A	F	Não
L	25,00	-	13,00	1,00	P	F	Não
M	-	2,40	-	2,40	A	F	Sim
N	35,80	-	10,00	10,00	P	F/T	Não
O	16,00	-	3,00	11,00	P	F	Não
P	10,30	-	-	10,00	P	F	Não
Q	22,10	-	18,00	2,00	P	F	Não
R	12,50	-	10,00	-	P	F	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados da entrevista (2019).

Em relação ao tempo de residência no atual lugar, os perfis G e M residem em outros terrenos que não o da produção considerada na tabela 6, sendo que dividem a moradia com outros membros da família. Os perfis B, D, E, F, J e P responderam que herdaram as terras e que sempre residiram neste local. Os perfis A, C, K, L, O e Q declararam que parte das terras foi herdada e parte foi comprada, mas que sempre residiram nestes locais. Os perfis H, I, N e R responderam que as terras em que residem foram compradas há mais de trinta anos.

A tabela 7 apresenta os dados do Pronaf na propriedade. Questionou-se sobre a produção, qual a última linha Pronaf que utilizaram, os investimentos já feitos, financiamentos ativos que possuem e desde quando utilizam esse crédito.

**Tabela 7 – Dados do Pronaf na propriedade**

Perfil	Produz	Linha Pronaf atual	Investimentos feitos com o Pronaf	Financiamentos ativos	Utiliza desde
A	Milho e Fumo Gado de corte	ECO	Sistema de energia solar Trator e implementos Custeio da lavoura Aquisição de bovinos	5 Pronaf 1 Banco da Terra	2008
B	Gado de corte Arroz em casca	Mais Alimentos	Trator e implementos, Custeio da lavoura Aquisição de bovinos	4 Pronaf	2007
C	Feijão, Milho e Fumo	Mais Alimentos	Trator e implementos Custeio da lavoura	6 Pronaf	2005

D	Milho, Feijão e Hortaliças Gado de corte	Mais Alimentos	Micro trator e implementos Custeio da lavoura Aquisição de bovinos	6 Pronaf	2013
E	Soja e Fumo Gado de corte	ECO	Sistema de energia solar Trator e implementos Custeio da lavoura Aquisição de bovinos	1 Pronaf	2000
F	Soja e Fumo	Mais Alimentos	Trator e implementos Custeio da lavoura	3 Pronaf	2013
G	Arroz Gado leiteiro	Mais Alimentos	Trator e implementos Aquisição de novilhas	2 Pronaf	2012
H	Arroz Gado leiteiro Hortaliças	Mais Alimentos	Trator e implementos Aquisição de novilhas Custeio da lavoura	4 Pronaf	2007
I	Gado leiteiro	ECO	Sistema de energia solar	1 Pronaf	2016
J	Gado leiteiro Hortaliças	Mais Alimentos	Aquisição de novilhas	1 Pronaf	2016
K	Soja Gado de corte	ECO	Sistema de energia solar Custeio da lavoura Aquisição de bovinos	2 Pronaf	2006
L	Milho Codornas	Mais Alimentos	Trator e implementos Custeio da lavoura	4 Pronaf	2005
M	Codornas	ECO	Sistema de energia solar Micro trator	3 Pronaf	2014
N	Arroz e Fumo Gado de leite	Mais Alimentos	Trator e implementos Aquisição de novilhas	5 Pronaf	2010
O	Gado de corte Fruticultura (uva)	Mais Alimentos	Custeio da lavoura	1 Pronaf	2017
P	Gado de corte Suínos	ECO	Sistema de energia solar Aquisição de animais	3 Pronaf	2007
Q	Feijão Gado leiteiro	Mais Alimentos	Tratores e implementos Aquisição de novilhas	4 Pronaf	2009
R	Milho e Feijão	Mais Alimentos	Tratores e implementos	3 Pronaf	2010

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados da entrevista (2019).

Percebe-se que o gado de corte e leiteiro são as atividades mais exploradas, seguido pela produção de grãos. Na coluna “Investimentos feitos com o Pronaf”, a primeira linha de cada célula apresenta o item mais recente adquirido com o crédito.

Percebe-se maior incidência do Pronaf Mais Alimentos no universo pesquisado. Nos últimos três anos, houve grande procura pelo Pronaf ECO para instalação de sistema de energia solar.

Sobre a questão do pagamento dos financiamentos, cerca de 10% a 20% do faturamento anual da propriedade é destinado ao pagamento dos financiamentos feitos. Nenhum dos respondentes soube com precisão os valores ou percentuais a serem pagos. “*Não sei ao certo quanto por cento estamos devendo. Mas estamos pagando as prestações sempre na data, para quando precisar poder pegar o dinheiro sem problema*” (Entrevistado N). Todos declararam estar com as contas em dia em relação ao Pronaf, e esperam continuar adimplentes com o Programa.

Quando questionados sobre a intenção de continuar a utilizar o Pronaf, seja para investimento ou custeio, todas as respostas foram afirmativas. O Entrevistado F fala: *“Com certeza quero continuar com o Pronaf. Ele é bom para quem tem pouca terra e pouca renda, dá mais oportunidade para a gente, com juros mais baixos e mais tempo para pagar. Ajuda quem é pequeno. Se fosse pagar à vista, não ia ter como”*.

Constatou-se poucas dificuldades gerais para acessar o Pronaf. Destaca-se a fala do Entrevistado R: *“Nunca pensei que ia entrar em um banco e poder fazer um financiamento, antigamente isso era difícil, ainda mais sendo no nome de mulher e agricultora. Não era todo mundo que conseguia financiar, precisava muitas garantias, com o Pronaf facilitou”*. Complementa-se com a resposta do Entrevistado L, que mostra alguns empecilhos encontrados:

*Algumas coisas podiam melhorar. É bastante burocracia para conseguir o financiamento. Muitas vezes parece que não tem vontade de atender a gente no banco, e ficam oferecendo seguros e outras coisas junto com cada financiamento. [...] Essas coisas de banco são mais complicadas de entender para quem não tem estudo, seria bom que tivesse alguém para nos ajudar desde o começo até o final, com toda a papelada, banco, cartório, que a gente deve fazer.*

Quanto às condições de pagamento, não houveram queixas, mas apresentou-se anseio em relação à menores taxas de juros, aumento no valor a ser financiado e do prazo para pagamento do empréstimo.

O que mudou na propriedade com a possibilidade de acessar essa linha de crédito? Nesse questionamento foi unânime a resposta de que houveram mudanças positivas. Investiu-se em máquinas, implementos, construções, lavoura, horta e na casa. *“Antes trabalhávamos mais manual, com equipamento velho, que quebra mais. Com equipamento bom é outra história, não gastamos quase dinheiro com conserto. [...] O financiamento ajuda, mas nada cai do céu, precisa botar a mão e trabalhar”*. (Entrevistado E)

Assim como a propriedade mudou, a qualidade de vida dos agricultores melhorou após o Pronaf. O Entrevistado A, declara que *“antes do Pronaf, trabalhava com fumo e gado, era o que dava dinheiro. Agora estamos diversificando, trabalhando mais com milho, já fazem uns dez anos. Assim melhora a vida da nossa família, porque o fumo é bem prejudicial e bem sofrido para o agricultor [...]”*.

O Entrevistado I conta, “já sofremos muito, trabalhava para sobrar quase nada, não tinha como melhorar. Com esse dinheiro, compramos bastante coisa. Nossa vida melhorou. Sobra um dinheirinho para comprar coisas que antes não podia. Melhorou a vida na roça”. Complementa-se ainda com a fala do Entrevistado H:

*Nossa produção aumentou depois do Pronaf, conseguimos comprar tudo, desde a semente. Compramos maquinário também, mas esses os filhos trabalham mais que eu. [...] Nossa vida melhorou porque ficou mais fácil de trabalhar na roça com o maquinário, antes era bem mais sofrido, no plantar e no colher a roça. Antigamente plantava fumo, e quando dava alguma coisa, só Deus para socorrer. Agora plantamos arroz, temos vaca de leite. Fica mais fácil lidar. A mulher planta e vende verduras também, tudo sem veneno. [...]*

Nada disso seria possível sem o Pronaf, por isso, nosso último questionamento foi sobre a relação entre Pronaf e a Agricultura Familiar. As respostas a esses questionamentos são vistas nas falas abaixo:

*Na época que meus pais eram mais novos, só o fumo que dava dinheiro para o agricultor. Com o tempo a gente vai vendo que outras culturas também trazem renda. Eu por exemplo, não trabalho mais com fumo. Plantamos milho, feijão e hortaliças, que são sem agrotóxicos, orgânicos, que consumimos e vendemos. Também temos gado de corte. Nada disso seria possível sem o Pronaf, pois esse financiamento é voltado para o pequeno agricultor, veio para nos beneficiar, nos ajudar. Incentiva a diversificarmos a cultura. O que seria do pequeno agricultor sem esse crédito, que tem juros mais baixos e outras facilidades. Não teria como crescermos e nos aperfeiçoarmos. (Entrevistado D)*

Para o Entrevistado O, “o Pronaf fortalece a agricultura familiar, deixa o pequeno agricultor mais forte, ajuda a melhorar a lavoura, melhorar a vida da família”.

“O pequeno agricultor é valorizado hoje em dia. Tudo o que vem da roça e é orgânico, sem veneno, é bem procurado. Com o Pronaf, a gente, que é da agricultura familiar, consegue investir e produzir mais, mesmo sendo pequeno”, conforme relata o Entrevistado J.

Para finalizar, o Entrevistado Q expõe que “a agricultura familiar dificilmente conseguiria notoriedade e sobreviveria sem o Pronaf. Ser agricultor é a nossa identidade, merecemos que nós e nossos produtos sejam valorizados”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interferência do Estado sobre a economia nos anos 1990 impactou diretamente nos programas sociais da época. Através da luta dos representantes da agricultura familiar e mobilizações sociais, surge o Pronaf, uma linha de crédito para pequenos agricultores familiares, com o intuito de impulsionar a agricultura familiar através do fornecimento de crédito rural específico à essa população.

Historicamente as famílias rurais de baixa renda foram excluídas das políticas agrícolas no país, ficando à margem do desenvolvimento rural. A falta de recursos financeiros gera um círculo vicioso, onde as famílias sem condições de investir na produção, acabam sem recursos para subsistência e conseqüentemente para novos investimentos.

Para mudar essa realidade, o Pronaf procura agregar valor à produção de propriedades familiares, inserindo-os na economia, na cadeia produtiva e modernizando sua forma de produzir, sem perder sua verdadeira essência. Veio para alavancar os pequenos agricultores, de modo que possam manter-se com seu trabalho nas áreas rurais, evitando o êxodo rural, a pobreza e demais conseqüências dessa situação.

O Pronaf veio como esperança aos pequenos agricultores, para viabilizar a permanência dessas famílias no meio rural, com renda digna, qualidade de vida apropriada e promovendo a sustentabilidade.

Diante dessa realidade, este estudo buscou levantar dados econômicos e sobre a percepção dos agricultores beneficiados, que pudessem auxiliar no entendimento sobre a contribuição do Pronaf para a melhoria da atividade agrícola no município de Rio do Campo – SC.

Iniciou-se com a pesquisa de dados financeiros do crédito no município, que foram obtidos através de duas instituições financeiras. Através das cifras demonstradas, percebe-se claramente a progressão dos valores disponibilizados através do Pronaf nos últimos dez anos. Interpretando esse dado isolado, pode-se afirmar que havendo ampliação no valor ofertado nessa linha através dos bancos, gerou como conseqüência aumento no número de famílias agricultoras beneficiadas com esse crédito.

A última linha mais procurada do Pronaf pelos entrevistados foi o Mais Alimentos. Nota-se que a principal finalidade da utilização do Pronaf no município no

último ano, foi para a aquisição de bovinos, conforme dados disponibilizados pelo Banco do Brasil. Já os agricultores entrevistados utilizaram o financiamento, no último ano, principalmente para adquirir tratores e implementos, seguido pela instalação de energia fotovoltaica.

Percebe-se a grande incidência de trabalho com bovinos no município, seja gado de corte ou leiteiro, através de alguma linha de crédito do Pronaf. Destaca-se ainda, que metade dos entrevistados utiliza o Pronaf há mais de dez anos e que todos eles pretendem continuar a utilizá-lo.

A fim de formar o perfil dos entrevistados, aplicou-se um questionário para sabermos mais sobre quem utiliza esse crédito. Este questionário abordou questões sobre o respondente, a propriedade e o Pronaf para essas pessoas. Buscou-se respostas onde a opinião dos agricultores revelaria se a aplicação desse crédito na propriedade e os resultados alcançados foram efetivos, solidificando o Pronaf como política pública eficiente.

Foram dezoito entrevistados. A faixa etária predominante dos beneficiários foi de 51 a 60 anos, correspondendo a 33% (6 respondentes). Quanto ao nível de escolaridade, que cursaram o ensino fundamental foram maioria dos entrevistados, sendo 56% (10 respondentes). No universo estudado, apenas 11% (2 respondentes) são do sexo feminino, e 89% (16 respondentes) são do sexo masculino. Percebe-se claramente que ainda há predominância dos homens em atividades bancárias de financiamento com finalidade agrícola.

Em relação à propriedade utilizada para produção, 72%, correspondendo a 13 entrevistados utilizam apenas áreas que são próprias. Destaca-se que 56%, sendo 10 entrevistados, dividem a área da propriedade e os investimentos realizados, entre o cultivo e a criação de gado.

Percebeu-se poucas dificuldades dos agricultores para acessar esse crédito. Além disso, o mesmo se torna atrativo pelas suas taxas de juros acessíveis aos agricultores e prazos estendidos para pagamento, incentivando o melhoramento das suas produções e facilitando nos investimentos a serem feitos na propriedade. Além disso, foram poucas as críticas feitas sobre o processo de financiamento e ao programa de crédito como um todo.

No entanto, sugere-se que o agricultor tenha mais auxílio quanto ao processo de financiamento, seja de associações ou de outros agentes públicos. É importante

capacitar os interessados no Pronaf, para que se tenha entendimento do processo e da finalidade do crédito.

A economia está em constante mudança, sendo necessário estar preparado para essa realidade, pois a imprecisão acarreta diversos empecilhos aos investimentos. Levanta-se essa questão, pois conforme as entrevistas, os agricultores não sabiam dizer qual o percentual da renda comprometido para o pagamento dos financiamentos realizados. Esse desconhecimento e falta de planejamento adequado acarretam, além de outros fatores, na descapitalização do agricultor. É necessário utilizar esse crédito de forma consciente, e com orientação correta aos agricultores, de forma que possam maximizar o retorno dos investimentos.

É importante que haja a associação entre crescimento econômico e desenvolvimento, de modo que todos os grupos sociais se beneficiem dessa mudança, diminuindo as desigualdades existentes no meio rural.

Em relação aos resultados obtidos com o questionário, pode-se afirmar a efetividade do Pronaf para os agricultores rio-campenses. As falas dos agricultores entrevistados mostram que o Pronaf tem grande influência nas pequenas propriedades rurais familiares, auxiliando na aquisição de bens para melhoramento da produção, aumento da renda no campo, injeção de novos recursos na economia local e melhoramento da qualidade de vida e na autoestima dos beneficiários.

Essa melhoria da renda impactou positivamente esses agricultores, possibilitando que se investisse não apenas na produção, mas na propriedade como um todo, permitindo a aquisição de veículos, construções e demais bens de consumo, melhorando o padrão de vida dessas famílias.

Através dos dados obtidos e das entrevistas realizadas, finaliza-se constatando que o Pronaf está efetivamente cumprindo seu papel junto aos agricultores em Rio do Campo, auxiliando no desenvolvimento das regiões rurais, gerando renda e fornecendo recursos para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ressalta-se que a conclusão está baseada nas falas dos agricultores beneficiados pelo Pronaf, e que a percepção dos entrevistados e suas respostas, estão condicionadas ao meio que vive, sendo influenciada por diversos fatores sociais, econômicos, locais e regionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a Agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALTMANN, Rubens et al. **Perspectivas para a agricultura familiar**: Horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de Economia Rural**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. 2017. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/Pronaf.asp#1](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/Pronaf.asp#1)>. Acesso em: 05 out. 2018.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Circular SUP/AOI Nº 30/2018-BNDES de 29 de junho de 2018**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/e80692b3-876b-4108-a03a-84e7788fb0ab/18Cir30+Pronaf+Investimento+Ano+Agr%C3%ADcola+2018-2019.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mi0sbsj>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Requisitos para Enquadramento no Pronaf**. 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/Pronaf-requisitos>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIANCHINI, Valter. **Pronaf 20 anos - 1995/2015**: Avanços e Desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Pronaf\\_20\\_ANOS\\_VALTER\\_BIANCHINI.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Pronaf_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio; FAVERI, Helena Justen de. **Educar para a Pesquisa**: Normas para Produção de Textos Científicos. 3 ed. Rio do Sul, Nova Letra, 2010.

BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. **Rio do Campo e sua História**: Vidas no Tempo. Taió: Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992.

CENSO AGRO. **Acompanhamento de Coleta Censo Agro 2017**. 2018. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/accompanhamento-da-coleta.html?v=e>>. Acesso em 05 out. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Módulos Fiscais**. 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 05 out. 2018.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Nacional, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os Processos de Construção da Informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, Carlos Enrique et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Rio do Campo-SC**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-do-campo/panorama>>. Acesso em: 04 out. 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **O que é a Agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 04 out. 2018.

SCHMITZ, Heribert. **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SISCAR (2018). **Imóveis Rurais Cadastrados**. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/modulo-de-relatorios>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2011.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.